

Ata da 1ª. Reunião do Grupo Técnico (GT) do Rol, realizada em 11/02/2009

- A Gerente Geral Técnico-Assistencial dos Produtos, Martha Regina de Oliveira, iniciou sua explanação informando os objetivos desta primeira reunião: apresentar o formato do grupo técnico (derivado da Câmara de Saúde Suplementar e com representantes da ANS, pelo menos uma pessoa de cada diretoria), seu funcionamento e instituições participantes. Informou ainda sobre o "hotsite" do Rol, onde encontram-se listadas as perguntas mais freqüentes feitas pelos diversos atores do setor, cujas respostas poderão ser visualizadas por todos, sendo a atualização do "hotsite" feita a partir das discussões realizadas neste GT. Informou ainda que, como durante a última revisão do rol houve uma demanda muito grande por reuniões, um dos objetivos da formação deste grupo técnico é criar um ambiente onde todas os atores possam estar reunidos num mesmo local e ao mesmo tempo.
- O Diretor Adjunto Alfredo José Monteiro Scaff esclareceu que a revisão do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde será incorporada na rotina da ANS; citou a revisão publicada em 2008 e o fato de que, sempre que uma Agência reguladora impõe um ato regulatório, há questionamentos do setor regulado; explicou que não é objetivo desta reunião discutir precificação do Rol; que será necessário avançar para uma discussão técnica e aprofundada, bastante detalhada nas próximas reuniões; que o rol é o piso mínimo para que as doenças listadas na CID-10 tenham seu diagnóstico, tratamento, promoção e prevenção garantidos, e que este GT é um grupo derivado da Câmara de Saúde Suplementar. Por fim, citou que nos últimos anos, a ANS avançou em muitas questões como o Rol, regulação e TISS e que na presente reunião seria realizado um debate sobre ATS e, nas próximas reuniões, uma discussão sobre o custo destas incorporações. Por fim, foi informado o estabelecimento de um convênio entre a ANS e AMB para desenvolver diretrizes clínicas baseadas em evidências científicas.
- A Gerente Geral Martha Oliveira informou que: os conselhos de Psicologia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional também estão representados no GT, além do Rol de Procedimentos e Eventos em saúde será discutido também o Rol de Odontologia, e que o objetivo principal da discussão técnica do GT é qualificar, democratizar e conferir transparência ao processo de gestão e tecnologia na saúde suplementar. A idéia é que

a revisão do rol ocorra a cada 2 anos. Foram apontados ainda como objetivos dessa revisão do rol:

- reorganizar a tabela de procedimentos, orientada pela lógica de cobertura e não de remuneração, esclarecendo que esta é uma tabela única, que nunca será exatamente igual a nenhuma outra no mercado, sendo diferente da TUSS, embora a ela se correlacione.
- incluir no rol tecnologias com evidência de segurança, eficácia e eficiência.
- excluir do rol procedimentos obsoletos ou de insuficiente validação, considerando os princípios da medicina baseada em evidências.

A gerente Martha citou que outra inovação da última revisão do rol foi o estabelecimento de diretrizes de utilização para alguns procedimentos, de forma a garantir uma melhor utilização destes. Em relação à parceria com a AMB para a construção das diretrizes clínicas, informou que haverá uma reunião com o GT para tratar especificamente deste assunto e que, nesta, os participantes trarão suas contribuições para discussão sobre a utilização dessas diretrizes produzidas. Será também apresentado um modelo de monitoramento do impacto econômico financeiro da incorporação de tecnologias e, na próxima reunião, discutido o corpo da RN 167. Explicou sobre a Metodologia e o Cronograma das reuniões do GT¹, que está sujeito a alterações, devido a algumas reivindicações dos participantes.

- A gerente Karla Coelho iniciou sua explanação, salientando a importância da inclusão de outros profissionais de saúde e de procedimentos de reabilitação e prevenção na última revisão do rol. Em seguida, iniciou sua palestra sobre o tema "Gestão de Tecnologias em Saúde na Saúde Suplementar"², pontuando conceitos básicos de gestão de tecnologias, a política de gestão de tecnologias da ANS vinculada ao Ministério de Saúde e questões sobre o impacto das incorporações de tecnologia na saúde suplementar.

Após a referida apresentação, alguns participantes manifestaram-se, como se segue:

- O Sr. João Paulo dos Reis Neto, representante da UNIDAS, questionou se a ANS não pretende evoluir para um Rol mais simples que contemple exatamente o que possui cobertura ou não. A gerente-geral Martha informou que isto vem sendo discutido e que

neste grupo haverá espaço para que seja decidido o melhor caminho: um rol simplificado ou mais complexo.

- A gerente-geral Martha salientou que a discussão proposta para este grupo possui grande interface com o trabalho da ANVISA e destacou a presença do representante deste órgão, o Dr. Helder.
- A Sr. Ivone Martini de Oliveira, do Conselho Federal de Enfermagem, questionou para onde encaminhar as demandas de solicitação de incorporação de tecnologias.
- A gerente-geral Martha esclareceu que caso seja uma inovação para avaliação de tecnologia, a demanda deve ser encaminhada para a GEATS (Gerência de Avaliação de Tecnologia em Saúde). Nos casos de incorporação de ato profissional, a demanda deve ser encaminhada para a GGTAP (Gerência-Geral Técnico-Assistencial dos Produtos).
- A Sra. Anice Holanda Nunes Maia, do Conselho Federal de Psicologia, questionou sobre o Grupo de trabalho do COPISS e seus prazos, e foi esclarecida sobre as diferenças básicas entre o rol de procedimentos, a TUSS e a CBHPM. Também foram esclarecidas questões relativas ao trabalho de padronização da nomenclatura dos procedimentos e informado que assuntos referentes ao COPISS seriam tratados em outra reunião, separadamente do GT do Rol. A Sra. Anice salientou também a importância de serem firmados convênios com outras instituições e não somente com a Associação Médica Brasileira (AMB), uma vez que promoção e prevenção em saúde exige uma prática interdisciplinar.
- A gerente geral Martha e o Diretor Adjunto Scaff esclareceram que não há impedimentos para que outros convênios sejam realizados e que, no caso específico da AMB, o convênio está dentro do projeto do PAC da saúde.
- O Sr. Amílcar Martins Giron, representante da AMB, informou que foi solicitado que todas as sociedades encaminhem os procedimentos a serem excluídos ou incorporados e que isto facilitará o trabalho de revisão do rol. Informou que hoje existem cerca de 400 diretrizes prontas e um departamento de epidemiologia que ministra aulas para quem quiser montar diretrizes, médicas ou não.

- O Sr. João Paulo, da UNIDAS, elogiou a iniciativa do convênio AMB/ANS e pontuou que a incorporação de novos procedimentos ao rol tem um custo para a saúde suplementar, que pode inviabilizar o sistema de saúde.
- A Sra. Josefa René Santos Patriota, representante da Associação de Defesa dos Usuários de Seguros, Planos e Sistemas de Saúde (ADUSEPS), parabenizou a ANS pela iniciativa desta reunião, salientou que um paciente que necessita de um procedimento não pode esperar por tanto tempo pela incorporação, e criticou a cobertura assistencial assegurada pelos planos antigos, alegando que o beneficiário paga por um plano e muitas vezes não tem direito a certas coberturas, sendo necessário recorrer à Justiça, onde hoje existem várias decisões a favor do consumidor. Por fim, apontou o problema da qualidade das próteses utilizadas no país.
- A gerente-geral Martha informou que a PROGE será convidada a participar da próxima reunião.
- O Sr. Benício Paiva Mesquita, do Conselho Federal de Odontologia, parabenizou a ANS pela iniciativa da reunião, ressaltando a importância de trazer todas as discussões para o grupo, principalmente no que diz respeito ao fato de a Odontologia dever ser encarada como uma grande parte da saúde do paciente. Informou que a “tabela TUSS odontológica” está praticamente pronta e será discutida no COPISS. Por fim, citou o problema da falta de padronização das próteses odontológicas e a importância do posicionamento da ANVISA em relação a este tema.
- A gerente-geral Martha mostrou preocupação de que a compatibilização das tabelas de Odontologia não esteja pronta em tempo hábil, visto que o prazo para tal seria julho.
- O Sr. Ricardo Duarte, da Associação da Odontologia Nacional, relatou que o trabalho de elaboração da CBHPO está quase concluído.
- A Sra. Selma do Amaral, do PROCON São Paulo, informou que possui dúvidas sobre a representatividade de usuários dentro do grupo e sugeriu que haja um detalhamento dos procedimentos listados no rol. Questionou se o significado da expressão “procedimento obsoleto” tem a ver com desuso ou proibição de uso, uma vez que um produto registrado na ANVISA deva ser considerado seguro.
- A gerente-geral Martha esclareceu que, quanto à representatividade, o GT segue o mesmo formato paritário da Câmara de Saúde Suplementar e conta ainda com a participação do CITEC, da ANVISA, do Conselho Nacional de Saúde e dos conselhos de

alguns profissionais que não fazem parte da Câmara. , estando aberta à discussão a convocação de outros atores que forem julgados importantes pelo grupo. Elucidou que existem operadoras que garantem cobertura além da prevista no Rol e que a avaliação para incorporação de procedimentos neste vai além da avaliação da segurança, visto que fatores como acesso , impacto econômico-financeiro, entre outros, devem também ser analisados.

- A Sra. Jussara Macedo, da GGSUS, comentou sobre a interrelação entre os sistemas de saúde público e suplementar no país.
- O Sr. Marcio Costa Bichara, da Federação Nacional dos Médicos, citou a defasagem dos honorários médicos, a cobertura limitada de planos odontológicos e a dificuldade da população para pagar por um plano de saúde. Questionou o papel dos prestadores dentro da ANS e salientou que não adianta acrescentar procedimentos ao Rol que não serão feitos pelos médicos, psicólogos ou fisioterapeutas, já que a tabela de pagamento destes profissionais tem valores irrisórios.
- O Diretor Adjunto Alfredo Scaff reiterou que a discussão sobre honorários não é o objetivo do GT e que a Câmara de Saúde Suplementar é um espaço mais apropriado para este tipo de manifestação.
- A Dra. Martha esclarece que a segmentação é prevista pela Lei, e que toda discussão a respeito das coberturas é parametrizada por esta, razão pela qual acredita ser válida a iniciativa de convidar a procuradoria da ANS para participar das reuniões do GT.
- A Sra. Ivone, representante do Conselho Federal de Enfermagem, reforçou o conceito de que a ANS também é SUS, comentou a insuficiência do sistema deu destaque ao "plano de saúde" disponibilizado pela AMB, e ressaltou a importância dos procedimentos realizados pela enfermagem.
- O Sr. Antônio, do Conselho Federal de Nutrição, fez críticas ao "encaminhamento médico", que torna mais caro o serviço para o prestador e para operadora, fazendo com que o beneficiário tenha que passar por dois profissionais diferentes. Destacou também que o nutricionista tem, de acordo com o normativo que rege a profissão, o direito de solicitar exames necessários ao acompanhamento do paciente.
- A Sra. Ana Luiza, do Conselho Federal de Fonoaudiologia, concordou com o Sr. Antônio na questão do "encaminhamento médico" e informou que o Conselho Federal de

Fonoaudiologia está montando, junto com os conselhos regionais, um documento sobre o "encaminhamento médico".

- A Sra. Anice corroborou as opiniões anteriores, pontuando que a questão do médico assistente é um paradigma que precisa ser quebrado.
- A Dra. Martha esclareceu que o encaminhamento é discutido desde a última consulta pública; informou que, à época, foi realizada consulta jurídica à Procuradoria da ANS sobre o artigo da Lei 9656/98 relacionado à questão e que, a partir desta, foi consolidado o entendimento que de fato vincula a solicitação ao médico assistente. Concordou com as falas mas ressaltou que o livre acesso ao profissional ou o encaminhamento através do médico é uma deliberação da operadora, que tem o direito de exigir consulta prévia, o mesmo valendo para a solicitação de exames. Acrescentou que, para haver mudança, o referido artigo da Lei 9656/98 teria que ser revogado.
- O Sr. Sérgio Augusto, do PROCON de São José dos Campos, destacou o problema do aumento do número usuários de planos não ser acompanhado, necessariamente, pelo incremento do número de médicos credenciados, o que tem resultado em demora no atendimento. Criticou a utilização de "médicos porteiros" e a dificuldade de acesso.
- A Dra. Martha informou que há proposta de rever essa situação ligada a gerência responsável pela rede, qual seja, a GGEOP.

Intervalo para almoço

- No retorno das atividades após o almoço, a Dra. Martha apresentou o planejamento para a revisão do Rol vigente³, destacando o processo de levantamento das demandas para avaliação, os critérios de priorização utilizados e o Projeto Diretrizes, realizado em convênio com a Associação Médica Brasileira-AMB.
- O Sr. João Paulo, da UNIDAS, questionou a possibilidade de validação de algumas diretrizes já construídas e utilizadas pelas próprias operadoras.
- A Dra. Martha argumentou que, embora muitas das diretrizes produzidas pelas operadoras sejam tecnicamente boas, consistentes e pautadas na avaliação de tecnologias, para utilização pelos médicos, é importante que haja maior legitimidade e

conforto no uso, o que seria obtido à medida que as diretrizes fossem produzidas por uma entidade que os representasse, como é o caso da AMB.

- O Sr. João Paulo concordou com a legitimidade das diretrizes produzidas pela AMB e lembrou ainda que “tecnologia” não é só material e medicamento, que a incorporação de um ato ou uma técnica pode acarretar impacto superior ao proporcionado pela incorporação de um equipamento, por exemplo.
- O Dr. Fábio Fassini, Gerente Geral da GGEFP, procedeu então à apresentação da metodologia utilizada para cálculo do impacto econômico da atualização do rol⁴.
- Após a apresentação, o Sr. Roberto, da Federação Brasileira de Hospitais, elogiou o trabalho, mas criticou a ausência de avaliação de impacto para os prestadores, que tiveram que contratar mais mão de obra e comprar equipamentos.
- O Dr. Scaff então lembrou que se trata de uma análise macro do sistema, do comportamento dentro de uma tendência histórica. Ressaltou que atualmente há uma gerência de prestadores na ANS e que os representantes dos prestadores podem encaminhar este tipo de demanda à referida gerência.
- A Sra. Solange, da FENASAÚDE, parabenizou os técnicos da Agência pela iniciativa e questionou sobre um possível viés da análise de impacto, tendo em vista que muitos dos procedimentos incorporados pelo rol da RN 167/08 já eram disponibilizados e pagos por algumas operadoras.
- O Dr. Fábio fez alguns esclarecimentos sobre a metodologia do estudo e informou que a intenção foi medir o impacto no comportamento do mercado como um todo, e não em parcelas específicas deste.
- A Dra. Martha informou que era sabido que muitos dos procedimentos incorporados pela RN 167/08 já eram oferecidos pelas operadoras e, portanto, o impacto não seria tão grande.
- A Dra. Solange reiterou sua fala e acrescentou que só futuramente a metodologia vai refletir, de forma mais próxima à realidade, a variação de impacto no custo de operação.
- O Dr. Fábio Fassini informou que a metodologia utilizada não impede, por exemplo, a estratificação para modalidades de operação ou regiões do país.

- O Dr. Benício, do Conselho Federal de Odontologia, chamou atenção para o impacto sobre o prestador e questionou a possibilidade de realização de um estudo para avaliação do impacto no segmento de odontologia.
- O Dr. Fábio informou que a avaliação é reprodutível para odontologia, reconheceu a importância dos prestadores e, em meio a outros esclarecimentos, lembrou que, por Lei, a Agência não tem o poder de atuar sobre os prestadores, mas que vem se aproximando deles aos poucos.
- O Sr. João, da UNIDAS, a Dra. Martha e o Dr. Fábio discutiram a respeito da avaliação de impacto para o futuro rol. Foi comentado que, à medida que reduz-se o lapso de tempo entre as revisões, possibilita-se o uso de metodologia de avaliação econômica pontual e análises de custo-efetividade e custo-benefício.
- O Dr. Fábio esclareceu a dúvida do Sr. João Paulo, informando que, com a metodologia utilizada no estudo apresentado, não é possível separar o efeito exclusivamente produzido pelo rol, mas consegue-se mitigar esse viés utilizando o momento em que o rol começou a vigorar.
- O Sr. Herivaldo Guimarães, da Central dos Trabalhadores, chamou atenção para a perspectiva do usuário e dos eventuais benefícios obtidos com o novo rol.
- O Dr. Scaff, informou que o Programa de Qualificação da Saúde Suplementar foi lançado em 2005 e que em breve estarão disponíveis os resultados referentes ao último período avaliado, através da divulgação do índice de desempenho da qualidade das operadoras. Comentou os avanços nos trabalhos junto aos PROCONS, órgãos de defesa do consumidor e Centrais Sindicais, feito através do DIEESE.
- O Sr. Márcio fez questionamentos sobre o cálculo do reajuste dos planos e sua relação com a avaliação de impacto apresentada.
- O Dr. Fábio respondeu que a metodologia não guarda qualquer relação com o reajuste dos planos individuais; que foi feita uma análise de uma série de despesas da operadora como um todo, englobando planos coletivos e planos individuais; que não se está analisando o custo individual de operação, mas sim o custo geral, o que beneficia o indivíduo, que não tem o mesmo poder de barganha que o coletivo.
- O Dr. Scaff acrescentou que todas as informações econômico - financeiras das operadoras - despesa assistencial, despesas administrativas, lucro - estão publicadas

desde 2004 em um anuário que traz um resumo do balanço de todas as operadoras organizadas em ordem alfabética.

- O Sr. Cláudio expôs a grande preocupação com relação à utilização dos insumos da informação econômico-financeira para precisão de incorporação e comentou o problema das incorporações não serem, na maior parte das vezes, substitutivas das tecnologias já existentes.
- A Sra. Renê fez críticas às exclusões de cobertura previstas nos contratos antigos e à atuação da ANS sobre esses contratos. Criticou também a atuação de algumas operadoras no mercado e comentou que o aumento do número de beneficiários gera aumento da arrecadação pelas operadoras.
- O Sr. Roberto, da Confederação das Santas Casas, comentou a importância da introdução de outros profissionais, tais como psicólogos, fisioterapeutas e fonoaudiólogos, na assistência suplementar à saúde e ressaltou que os custos precisam ser bem estimados já que todos os usuários precisam de atendimento. Solicitou a disponibilização dos e-mails dos participantes para eliminação de dúvidas para as próximas reuniões.
- A Dr. Martha e o Sr. Roberto levantaram a questão do uso de prótese, órtese e materiais, seus registros e indicações.
- O representante da ANVISA comentou que a avaliação de tecnologias em saúde no Brasil ainda é algo incipiente e parabenizou a iniciativa da ANS. Disse que o fato de colocar como centro da discussão a incorporação de tecnologias ao rol juntamente com a avaliação de tecnologias pode ser responsável pela introdução de um viés relacionado à contenção de custos, que é muito frequente em vários órgãos e entidades.

¹ Apresentação disponível no site da ANS

² Idem

³ Idem

⁴ Idem